



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

268

**Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na apelação n. 298896-9**

Embargante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

Embargado: João Alves dos Santos

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**Ementa:** Embargos de declaração em recurso de agravo na apelação. Matérias já tratadas no acórdão embargado. Prequestionamento implícito. Omissão inexistente. Rediscussão da matéria. Embargos conhecidos, mas rejeitados à unanimidade.

1. A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ.
2. Na realidade, percebe-se ser pretensão da CELPE rever as considerações e fundamentos integrantes da decisão recorrida, conduta vedada em sede de embargos.
3. Embargos de declaração conhecidos, mas rejeitados à unanimidade.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Embargos de Declaração n. 298896-9, em que figuram como embargante a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE e como embargado João Alves dos Santos, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª. Câmara Cível, unanimemente, em rejeitar os embargos de declaração na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife,

11.1.14

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**

Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na apelação n. 298896-9**

Embargante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

Embargado: João Alves dos Santos

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

Cuido de recurso de embargos de declaração (fls. 235/239) interpostos pela CELPE contra decisão (fls. 226/229), que negou provimento ao seu recurso de agravo, mantendo a decisão terminativa, a qual majorou o valor fixado na indenização por danos morais em razão de falsa acusação de manipulação do medidor de energia e violação do selo de segurança de R\$ 1.000,00, para R\$ 10.000,00, no sentido de acompanhar o entendimento deste Tribunal em julgado semelhante.

O acórdão embargado foi assim ementado:

“ Recurso de agravo na apelação. Consumidor. Ocorrência de danos morais. Preclusão lógica. Majoração em sede de apelo. Manutenção. Agravo não provido à unanimidade.

1. A configuração dos danos morais no caso em tela restou demonstrada na sentença sendo, neste momento processual, matéria preclusa, isso porque se verificou ter a ora recorrente cumprido a obrigação imposta na sentença, através do depósito judicial à fl. 183.
2. Assim, nos termos do art. 503, do CPC, vislumbrou-se a preclusão lógica, quanto ao pedido de inexistência dos danos morais, por ato incompatível com a vontade de recorrer.
3. Para o aumento da referida condenação estabelecido em sede de apelo da parte contrária, ora agravada, destacou-se o caráter pedagógico da medida, no sentido de estimular o ofensor a não reincidir no ilícito praticado, isso porque os danos morais causados pela CELPE ao produzir laudos técnicos ilegais (uso indevido das siglas INMETRO e IPEM/PE), acusando o consumidor de manipular o medidor energia e violar o selo de segurança, vai de encontro aos deveres de lealdade, transparência e boa-fé, que devem nortear as relações de consumo.
4. Observadas as peculiaridades expostas, o *quantum* indenizatório originalmente fixado em R\$ 1.000,00, foi majorado, devidamente, em sede de apelação para R\$ 10.000,00, respeitando os limites da proporcionalidade e razoabilidade, no sentido de acompanhar o entendimento deste Tribunal em julgado semelhante.
5. Negou-se provimento ao agravo, por unanimidade.”

A CELPE opôs os presentes embargos de declaração alegando omissão do art. 944 e 884, ambos do Código Civil. Por fim, requereu, para fins de prequestionamento, sejam recebidos, conhecidos e acolhidos os presentes embargos de declaração.

É o relatório. Feito fora de pauta.

Recife,

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na apelação n. 298896-9**

Embargante: CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

Embargado: João Alves dos Santos

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

Como é cediço, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão. Ou seja, apenas havendo tais hipóteses é cabível o presente recurso.

A CELPE opôs os presentes embargos de declaração alegando não ter a decisão recorrida se pronunciado sobre os arts. 884 e 944, do CC.

Na realidade, percebe-se ser pretensão da CELPE rever as considerações e fundamentos integrantes da decisão recorrida, conduta vedada em sede de embargos.

Se a recorrente não se conforma com os termos do julgado deve manejar o recurso de reforma que for cabível, não se prestando os embargos de declaração para esses fins.

Nesse sentido, tem-se pronunciado este Tribunal de Justiça, como se verifica do aresto adiante, da relatoria do Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão:

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÕES CÍVEIS - IMPROVIMENTO DO APELO INTERPOSTO PELO BANCO E PROVIMENTO DO APELO DA PARTE ADVERSA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - INEXISTÊNCIA - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE - REJEIÇÃO - DECISÃO INDISCREPANTE. **É impossível, em sede de aclaratórios, revisitar questão já analisada e rejeitada em julgamento anterior; Os embargos de declaração destinam-se a desfazer obscuridades, afastar contradições e a suprir omissões que se registrem, porventura, no acórdão, revelando-se incabíveis quando inexistentes os vícios que dão azo a constituição dos pressupostos de embargabilidade** (CPC, art. 535). (Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Embargos de Declaração 141895-7/01, 3a Câmara Cível, Relator: Desembargador Sílvio de Arruda Beltrão). (original sem destaques)

Tal entendimento é dominante, também, no STJ, como se verifica pelo seguinte julgado:

TRIBUTÁRIO - COFINS - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTEMPESTIVO - PROTOCOLO NO CORREIO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

**1. Os declaratórios em questão revelam apenas o inconformismo da parte com o deslinde da causa, que flagrantemente almeja efeitos modificativos, o que não se admite nesta via.**

**2. Os embargos declaratórios têm seu cabimento delineado pela presença dos pressupostos legais arrolados no artigo 535 do Código de Processo Civil. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão a que se embarga, não há como prosperar a irresignação, pois tal recurso é incompatível com a pretensão de se obter efeitos infringentes.**(omissis)

Ademais, não há se falar em ausência de prequestionamento, pois a matéria se encontra enfrentada implicitamente, inclusive com base em forte posição jurisprudencial. O STJ admite tal possibilidade, conforme se depreende de posicionamento reiterado abaixo transcrito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PROPÓSITO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DIÁRIA. ASTREINTES. VALOR. EXCESSO. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO. **PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO.** I. A multa por descumprimento de decisão judicial não pode ensejar o enriquecimento sem justa causa da parte a quem favorece, devendo ser reduzida a patamares razoáveis. II. Admite-se o prequestionamento implícito, configurado quando a tese jurídica defendida pela parte é debatida no acórdão recorrido. III. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, sendo negado provimento a este.

(1041518 DF 2008/0061890-0, Relator: Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Data de Julgamento: 22/03/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/03/2011) (original sem destaques)

Assim, em razão da matéria já se encontrar devidamente prequestionada, e diante da impossibilidade de rediscussão das questões já analisadas e rejeitadas no julgado anterior, não há qualquer razão para interposição dos embargos de declaração.

Diante do exposto, conheço, mas **REJEITO** os presentes embargos de declaração, mantendo a decisão embargada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 27.11.14

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator